VIDERE
V. 14, N. 29, JAN-ABR. 2022
ISSN: 2177-7837

Recebido: .
Aprovado: .

Páginas: 177-191.

DOI:
https://doi.org/10.30612/videre.v14i19.12804

CRISE GLOBAL E COLONIALIDADE: A AGROECOLOGIA COMO ESPAÇO PARA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE, IGUALDADE DE GÊNERO E SUSTENTABILIDADE

GLOBAL CRISIS AND COLONIALITY: AGROECOLOGY AS A SPACE TO PROTECT THE ENVIRONMENT, GENDER EQUALITY AND SUSTAINABILITY

CRISIS GLOBAL Y COLONIALIDAD: LA AGROECOLOGÍA COMO ESPACIO PARA PROTEGER EL MEDIO AMBIENTE, LA IGUALDAD DE GÉNERO Y LA SOSTENIBILIDAD

Joana Silvia Mattia Debastiani*
Cleide Calgaro**
Liton Lanes Pilau Sobrinho***

*
Doutoranda em Direito
Universidade de Caxias do Sul
joanamattia@gmail.com
OrcID: 0000-0002-8457-3716
**
Doutora em Direito
Universidade de Caxias do Sul
ccalgaro1@hotmail.com
OrcID: 0000-0002-1840-9598
***
Doutor em Direito
Universidade do Vale do Itajaí e Universidade de Passo Fundo
litonlanes@gmail.com
OrcID: 0000-0001-5696-4747

RESUMO
O artigo tem como objetivo analisar as relações existentes entre proteção ambiental, gênero e sustentabilidade na sociedade colonizada. Para o desenvolvimento utilizou-se o método analítico com o estudo de referências sobre a temática. O problema consiste em saber: a agroecologia pode ser considerada promotora de proteção ao meio ambiente e igualdade de gênero para a sustentabilidade? A possível hipótese de solução está no reconhecimento da agroecologia enquanto um fazer político com a vida, onde são desenhados sonhos e possibilidades de organização produtiva e fortalecimento de organizações coletivas. Nesse contexto, é possível inserir a comunidade em uma posição estratégica garantindo novas relações sociais entre as pessoas e a natureza, valorização do conhecimento popular e tradicional associados ao científico, para mudança de paradigma com foco na sustentabilidade.
PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia. Diversidade. Feminismos. Natureza. Paradigma.

ABSTRACT
The article aims to analyze the existing relations between environmental protection, gender and sustainability in colonized society. For the development it was used the analytical method with the study of references on the subject. The problem consists in knowing: can agroecology be considered a promoter of environmental protection and gender equality for sustainability? The possible solution lies in the recognition of agroecology as a political doing with life, where dreams and possibilities of productive organization and strengthening of collective organizations are designed. In this context, it is possible to insert the community in a strategic position guaranteeing new social relations between people and nature, valorization of popular and traditional knowledge associated with science, for a paradigm shift focused on sustainability.
KEYWORDS: Agroecology. Diversity. Feminisms. Nature. Paradigm.

RESUMEN
El artículo pretende analizar las relaciones existentes entre la protección del medio ambiente, el género y la sostenibilidad en la sociedad colonizada. Para el desarrollo se utilizó el método analítico con el estudio de referencias sobre el tema. El problema consiste en saber: ¿puede considerarse la agroecología como promotora de la protección del medio ambiente y de la igualdad de género para la sostenibilidad? La posible solución está en el reconocimiento de la agroecología como un hacer político con vida, donde se diseñan sueños y posibilidades de organización productiva y fortalecimiento de las organizaciones colectivas. En este contexto, es posible insertar a la comunidad en una posición estratégica que garantice nuevas relaciones sociales entre las personas y la naturaleza, valorando los conocimientos populares y tradicionales asociados a la ciencia, para un cambio de paradigma centrado en la sostenibilidad.
PALABRAS CLAVE: Agroecología. Diversidad. Feminismos. La naturaleza. Paradigma.

1 INTRODUÇÃO

A A temática central do trabalho parte da ideia de que os pilares da agroecologia são propulsores nas mudanças urgentes pela qual a sociedade moderna hétero-patriarcal deve passar. A proposta é estudar a relação existente entre gênero, proteção ambiental e sustentabilidade, sob a égide do modelo de desenvolvimento agrícola atual, o poder do mercado e a sociedade colonizada.

Diante do abismo existente na concretização de direitos humanos e a desigualdade que permeia a sociedade contemporânea, através do método analítico de abordagem e da pesquisa bibliográfica, pretende-se responder ao seguinte problema de pesquisa: a agroecologia pode ser considerada promotora de proteção ao meio ambiente e igualdade de gênero para a sustentabilidade?

Para responder a investigação proposta, em um primeiro momento, aborda-se a temática do poder do mercado e da colonialidade como promotores do silenciamento da diversidade; e, no segundo momento, agroecologia como impulsionadora de novas relações, novas alianças coletivas, marco para relações igualitárias de gênero, proteção ambiental para o paradigma da sustentabilidade. Entende-se que este estudo pode potencializar o protagonismo de novas resistências para a proteção ambiental na sociedade hétero-patriarcal, marcada pelo poder do mercado.

Por fim, entende-se que a partir dos princípios da agroecologia pode-se fazer da Terra a protagonista, ou seja, promover o respeito aos seus ciclos vitais. O modo de vida, de trabalhar na terra, de se fazer agricultura e, de se viver em comunidade, e mesmo de produzir e de preservar, acaba sendo um ato político de resistência ao mo-

delo hegemônico da sociedade atual e garante a concretização de direitos humanos. A luta pela terra e pelo território, a construção e manutenção de identidades e a transformação para uma sociedade justa tornam a agroecologia uma ideia paradigmática para a sustentabilidade.

2 PODER DO MERCADO, CRISE GLOBAL E COLONIALIDADE: O *LOCUS* SILENCIOSO DA DIVERSIDADE

A crise alimentaria é mais uma das múltiplas manifestações da crise global. A fome aguda, segundo relatório da União Europeia, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e Programa Mundial de Alimentos (PMA), mais de 113 milhões de pessoas em 53 países sofreram de fome extrema em 2018 (ONU, 2018), sendo 47,7 milhões na América Latina e no Caribe. (ONU, 2020).

Segundo Santos, o processo de crise é permanente, ou seja, "uma crise global, cuja evidência tanto se faz por meio de fenômenos globais como de manifestações particulares, neste ou naquele país, neste ou naquele momento, mas para produzir o novo estágio de crise". (SANTOS, 2009, p. 35). Nesse contexto, a crise econômica se une à social e a meio ambiental o que demonstra que a sociedade está diante de uma crise civilizatória, de escala planetária. (TOLEDO, 1992). Por sua vez, as interpretações e propostas para a crise são muitas, mas, em sua maioria indicam premissas epistemológicas e culturais dominantes.

A visão de mundo mecanicista, baseada no pensamento científico convencional, segundo Capra e Mattei (2018) foi estabelecida com a substituição da concepção orgânica de natureza pela metáfora do mundo como uma máquina. Aqui, o objetivo da ciência passou a ser a busca pelo conhecimento usado para dominar, controlar e explorar a natureza. É a partir dessa mudança radical que "a Terra não mais seria vista como a mãe que cuida e alimenta, mas como um recurso a ser ilimitadamente explorado". (CAPRA; MATTEI, 2018, p. 75).

A agonia planetária é refletida pelo processo multiforme de degradação da biosfera, mas também pelo caráter de degradação da psciosfera, ou seja, das vidas mentais, afetivas, morais, sendo que isso tudo tem consequências em cadeia. O mercado mundial considerado como um sistema de auto-organização que produz por si mesmo suas próprias regulações, através de evidentes e inevitáveis desordens trouxe, também, como consequência, efeitos civilizaciones anunciados por Marx e produzidos pela mercantilização das coisas.

> Depois da água, do mar e do sol, os órgãos do corpo humano, o sangue, o esperma, o óvulo e o tecido fetal tornaram-se mercadorias -, são a decadência da doação, do gratuito, do oferecimento, do serviço prestado, o quase desaparecimento do não monetário, que ocasiona a erosão de qualquer outro

> valor que não o atrativo do lucro, o interesse financeiro, a sede de riqueza... (MORIN; KERN, 2002, p. 67).

No contexto da mercantilização de todas as formas de vida, a prática e a teoria da visão ocidental moderna e hegemônica foi construída, através da assimilação cultural, (SANTOS; LUCAS, 2015) com base em três estruturas fundamentais: o poder, a dominação e a subjetivação que ainda impregnam as crenças mais antigas e profundas, bases do modelo social antropocêntrico, etnocêntrico e androcêntrico.

Para Herrero (2007), construída sobre bases patriarcais, antropocêntricas e capitalista, a organização das sociedades atuais coloca em risco o equilíbrio ecológico que possibilita a vida humana (e a de outras espécies), e pode provocar um verdadeiro colapso ecológico e humano.

Essas estruturas se configuram e se legitimam através de premissas culturais inconscientes que passam a configurar como se pensa, se define, se classificam e se sente no mundo, em um padrão de poder global articulado em torno do patriarcalismo e da colonialidade. (QUIJANO, 2000). Esses mecanismos não atuam de forma autoritária com a imposição de obrigações disciplinares ou com o dito de regras de comportamento (FOUCAULT, 2015), agora, na sociedade contemporânea, a estratégia consiste em alcançar desejos de modo produtivo, estimulando as motivações do indivíduo e produzindo seu querer, *la mayor sutileza em el control se da cuando podemos suscitar em outra persona, como decisión própria, aquello que nosotros sabemos que es decisión nuestra*. (MARINA, 2009, p. 35).

Quijano (2000) propõe pensar a modernidade como um sistema de dominação e exploração global, capitalista onde a classificação racial e étnica da população operam em diferentes níveis e escalas. A colonialidade do poder e seus efeitos não são um mero desvio da modernidade, mas algo constitutivo do projeto de modernidade/colonialidade que se articula nos espaços das relações de exploração, dominação e conflito em escala mundial. Neste sistema, a coloniallidade do saber consiste em trazer ao imaginário da população à margem de que os padrões de expressão, de conhecimento, de linguagens de signos e significados diferença colonial.

Nesse contexto, para Shiva (2003) o desaparecimento do saber local por meio de sua interação com o saber ocidental dominante acontece através de muitos processos, mas principalmente pelo ato de torná-lo invisível ou negando sua existência. Boaventura associa o conceito de epistemicídio a essa ideia de supressão de conhecimentos locais perpetrada por um conhecimento alienígena ou ainda, "são eliminados àqueles(as) que são os sujeitos desses saberes, através de diferentes formas de epistemicídio – desde a evangelização e a escolarização ao genocídio ou à devastação ambiental". (NUNES, 2009, p. 255)

Com isso desperdiçou-se muita experiência social e reduziu-se a diversidade epistemológica dominante. Nesse espaço, a colonialidade de poder associa-se com a colonialidade do saber e origina a colonialidade do ser (MIGNOLO, 2003). A colonialidade do ser, fixa bases no controle e na produção de subjetividades, da sexualidade, das identidades, hierarquizando e desumanizando experiências vividas (MALDONADO TORRES, 2007) e é associada, inclusive à colonialidade de gênero. Essas associações, garantem os "fascismos sociais" definidos por Boaventura como um regime social de relações de poder extremamente desiguais que concedem à parte mais forte o poder de veto sobre a vida e o modo de vida da parte mais fraca. A ligação entre poder e saber é própria do sistema dominante

> enquanto quadro de referência conceituais, está associado a uma série de valores baseados no poder que surgiu com a ascensão do capitalismo comercial. A forma pela qual esse saber é gerado, estruturado e legitimado e a forma pela qual transforma a natureza e a sociedade geram desigualdades e dominação, e as alternativas são privadas de legitimidade. (SHIVA, 2003, p. 22).

Por isso, a necessidade de analisar as relações entre saber e poder, subjetivação e dominação a partir de uma teoria da América Latina oferece um marco na análise da produção das formas de controle e de dominação simbólica em torno das categorias de raça e racismo como algo inerente ao processos de expansão do capitalismo global e da construção da modernidade/colonialidade (MIGNOLO, 2003).

Para Pérez Neira e Soler Montie (2013) a articulação colonizante também atinge o setor agroalimentário. Ao apropriar-se de territórios, foram silenciados os direitos dos povos pela sua soberania alimentar. O uso de discursos e práticas imbuídos de subordinações que, através do poder simbólico percorrem desde os alimentos que estão nos pratos, até os espaços da vida no campo e na cidade. O Modelo de produção agrícola atualmente hegemônico no Brasil, marcado pelo ingresso do capitalismo no campo e pela Revolução Verde que lhe sustenta, mostra-se perverso no trinômio: exploração, expropriação e apropriação da natureza e do trabalho.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a Revolução Verde[1] era considerada difusora de tecnologias agrícolas que permitiram um aumento considerável na produção, sobretudo em países menos desenvolvidos. (OCTAVIANO, 2010). No fundamento da ideia dominante de desenvolvimento, segundo Morin e Kern (2002) está o grande paradigma ocidental de progresso: o desenvolvimento assegura o progresso e o progresso assegura o desenvolvimento. Sob os olhares do mito do desenvolvimento reconheceu-se a crença de que era preciso sacrificar tudo por ele.

Para Fritz *et al.* (2014) com a modernização das técnicas utilizadas buscou-se difundir a ideia de que a fome e subnutrição no mundo desapareceria com o aumento

1 "*La Revolución verde se impone a partir de 1960 como un nuevo paradigma de producción industrializada, basada en los monocultivos, la utilización de maquinaria pesada, la aplicación de agrotoxicos y la concentración de la tierra".* (VICENTE; VICENTE; ACEVEDO, 2020, p. 67).

da produção agrícola, o seria assegurado ao assumir um modelo agrícola de grandes propriedades com monoculturas e emprego de insumos químicos. Veja-se:

Um dos impactos marcantes dessa modernização do setor está na incidência de monoculturas com plantas híbridas, além de ser fortemente apoiada em energias não renováveis como os agrotóxicos, os adubos e na intensa mecanização e na alteração genética dos alimentos, o que é bastante questionado em debates sobre segurança alimentar. (OCTAVIANO, 2010, s.p.).

Uma das consequências mais claras do modelo adotado foi o aumento do latifúndio no Brasil. Por mais que a raiz da concentração fundiária no Brasil seja identificada na Lei de Terras, a Revolução Verde manteve e aumentou a concentração de terras nas mãos de poucos, diante do discurso da insustentabilidade da produção dos pequenos agricultores. Para tanto, promoveu a captura de terras, deslocou comunidades camponesas dos territórios historicamente habitados, destruiu especialmente as terras de comunidades indígenas, negou direitos políticos, econômicos, sociais, culturais e sua existência como povos.

O impacto do modelo do agronegócio na vida das mulheres é marcado pela agudização dos papeis sociais naturalizados pelo capitalismo e pelo patriarcado, ou seja, em uma sociedade onde tudo é convertido em mercadoria, mulheres e seus corpos também o são. (FEREDICCI, 2017). Na medida em que há expansão do agronegócio e o capital ingressa nos territórios para garantia da geração de lucro, avançam a contaminação por agrotóxicos, contaminação transgênica, da terra e da água, do ambiente, reduzindo a produção de alimentos produzidos pela agricultura campesina, ou seja, o modelo atenta, inclusive sobre a existência da agricultura campesina. "*Se profundizan la mercantilización y la colonización de la vida, descargando violencias sobre el territorio-cuerpo y el territorio tierra*". (VICENTE; VICENTE; ACEVEDO, 2020, p. 67).

O projeto hegemônico de agricultura produz custos altíssimos: ambientais, sociais e econômicos. Ao ocupar territórios onde historicamente as mulheres retiravam seu sustento, o novo modelo hegemônico, fomenta uma lógica que acaba por expulsar as mulheres da produção de alimentos e, ainda, consolida a divisão sexual do trabalho que menospreza e invisibiliza o trabalho feminino, relegando-as à esfera doméstica e para o trabalho de cuidado. (LIMA; QUEIROZ, 2019).

Assim, atualmente é muito difícil pensar sobre alimentos e alimentação sem considerar o papel relevante que ocupam as grandes corporações nas diversas etapas do sistema alimentar. Segundo dados do Atlas do Agronegócio o poder do mercado garante que 50 fabricantes detenham 50% das vendas globais de alimentos, garante também, uma permanência histórica de uma economia agroexploradora e uma hegemonia no modelo agrário baseado no latifúndio e na monocultura. Para Shiva (2006, p. 180),

> el sistema alimentario globalizado, controlado e impulsado por las grandes compañías agroindustriales. [...] se está produciendo una crisis de no sostenibilidad, debida a la sobreexplotación del suelo y del agua, a la destrucción de la biodiversidad y a la extensión de la polución tóxica provocada por los pesticidas y los fertilizantes químicos. Mas a concentração do mercado de produção e distribuição de alimentos na mão de um número cada vez menor de conglomerados transnacionais não é uma realidade exclusiva do Brasil.

Para a autora, a democracia e a soberania alimentar abordam todas as dimensões das crises vividas na contemporaneidade e, apenas com a recuperação do controle sobre os sistemas alienatários, será possível produzir mais comida utilizando menos recurso. Será, ainda possível, melhorar os meios de vida dos agricultores, bem como, solucionar os problemas de fome e de obesidade. O futuro não está claro, "*pero hay algo de lo que sí estamos seguros: es posible una agricultura mejor que la que nos ofrecen las grandes compañías privadas*." (SHIVA, 2006, 181).

Por isso, à nível global, predomina a expansão do capitalismo e de sua versão depredadora neoliberal que fomenta e consolida uma maneira de classificar a realidade a partir do ser, do saber, do poder e do fazer humanos, de maneira desigual. A ideia de desenvolvimento foi e é cega às riquezas culturais das sociedades tradicionais que só foram vistas através das lentes economistas e quantitativas. (MORIN; KERN, 2002).

A globalização fortalece as tendências atuais de um padrão de poder moderno-colonial-patriarcal, aprofunda a exploração capitalista de muitas maneiras e normaliza essa ordem, apresentando a como expressão da modernidade, ante a qual, opor-se é deter o progresso humano.

Esses elementos estão relacionados e se reforçam mutuamente, afetam e indicam o modo de entender e interpretar o mundo, as relações com a natureza, a forma como se enfrentam situações resultantes das relações e da epistemologia. A consequência é um imaginário construído e naturalizado a partir da lógica do poder que considera alguns superiores e estes como instrumento de expansão, domínio e controle sob o manto de uma aparente universalidade e respeito à dignidade.

Nesse contexto, o pensamento decolonial mostra-se uma possibilidade, mas também uma necessidade enquanto marco reestruturante de uma sociedade que explora, domina e controla, pessoas e a natureza. Esse novo paradigma aponta para a incapacidade que o pensamento hegemônico/ocidental tem para entender a complexidade da crise planetária, diante da sua relação com a miopia estrutural que silenciou destruições, saberes e aspirações de povos e grupos sociais.

3 UM OUTRO JEITO DE SER: AGROECOLOGIA COMO CONDIÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

O fazer história na América Latina é dinamizado pela busca coletiva e incessante da libertação política, pela superação de uma economia marcada por relações desiguais, exploratórias e violentas, próprias do modelo hegemônico estabelecido. Nesse contexto, as relações sociais garantem "*hasta ahora las mujeres han sido invisibilizadas, violentadas y explotadas al igual que la naturaleza*" (COVA, 2005, p. 38) e desnudam a face da insustentabilidade.

A ruptura necessária alcança o hábito de pensar em monoculturas: que ocupam a mente e depois são transferidas para o solo. Essas monoculturas, segundo Shiva (2003), geram modelos de produção que destroem a diversidade e legitimam a destruição como progresso, crescimento e melhoria. Esse processo de uniformidade e centralização levam à vulnerabilidade e ao colapso social e ecológico porque são, na verdade, uma fonte de escassez e pobreza, tanto por destruir a diversidade e as alternativas quanto por destruir o controle descentralizado dos sistemas de produção e também de consumo. Segundo a autora, além de carecerem de sustentabilidade, as monoculturas aumentam as formas de controle, diante da íntima relação que possuem com a política e com o poder.

Nesse contexto, gênero e diversidade estão vinculados em muitos aspectos. A construção das mulheres como o segundo sexo está associada a incapacidade de aceitar a diferença que se encontra no paradigma do desenvolvimento e que conduz a aniquilação da diversidade no mundo biológico. O mundo hétero-patriarcal considera o masculino como medida de valor e não admite a diversidade, mas só a hierarquia. Trata o feminino como desigual e inferior porque é diferente. Da mesma forma, não considera o quão valiosa é a diversidade da natureza e busca incansavelmente sua exploração comercial e, na ganancia de benesse econômica, lhe confere valor.

A marginalização social das mulheres e a destruição da natureza são processos que seguem unidos diante da hierarquização, dominação e exploração que permeiam as relações. A perda da biodiversidade é o preço do modelo hétero-patriarcal e hiperconsumista de progresso, que pressiona em favor de monocultivos, uniformidade e homogeneidade onde a desaparição da biodiversidade é acompanhada pela ausência da diversidade cultural dos povos do mundo. (SHIVA, 2018).

Nos países do Sul, a vinculação das mulheres com o meio ambiente, têm estreita relação com os problemas derivados da exploração das florestas e da agricultura, demostrando que os programas de expansão rural tiveram efeitos negativos sobre elas devido à invisibilidade do importante papel que desempenham junto à agricultura familiar e a conservação da biodiversidade. As mulheres do Sul passaram as ser consideradas as principais vítimas da deterioração ambiental (RICO, 1998) principalmente pelo fato que, em muitas comunidades a dependência da terra e dos recursos naturais

asseguram o sustento e o bem-estar das pessoas e, a biodiversidade, garante os meios de produção e é objeto de consumo.

Assim, a luta pela sustentabilidade da vida apresenta duas faces: a produção agroecológica e a defesa dos direitos das mulheres. O momento cobra o desenvolvimento de um pensamento emancipatório, contra-hegemônico, que tenha como ponto de partida a diversidade e a potencialidade da vida, ou seja, um pensar decolonial.

> La transición a un modo de vida más sustentable necesita un cambio significativo en la forma en que los problemas son percibidos, definidos y resueltos, basada en una perspectiva de sistemas abiertos, en la que tanto los problemas como las soluciones se manejen holísticamente. (GUTIÉRREZ; AGUILERA; GONZÁLEZ, 2008, p. 55).

No Brasil, a busca por um outro jeito de ser, encontrou espaço através da participação das mulheres na agroecologia, onde o ativismo no movimento de justiça ambiental tem sido significativo, e, por vezes, determinantes, devido ao compromisso cotidiano mais estreito com o uso da natureza e o cuidado do meio ambiente sadio, e adicionalmente, da sua maior consciência e respeito pela coesão e solidariedades comunitárias. (MARTÍNEZ ALIER, 2004).

O movimento agroecológico é garantia para a reapropriação social da natureza através de resistências e lutas pela e para democracia participativa, isso porque, incorpora à agricultura conceitos de estabilidade, resiliência e adaptabilidade, além daqueles de produtividade eficiência e eficácia na produção, com vista a melhorar o bem estar, qualidade de vida e equidade entre os agricultores. Os saberes agroecológicos, para Leff (2002, p. 37),

> são uma constelação de conhecimentos, técnicas, saberes e práticas dispersas que respondem às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada geografia e de cada população. Estes saberes e estas práticas não se unificam em torno de uma ciência: as condições históricas de sua produção estão articuladas em diferentes níveis de produção teórica e de ação política, que abrem o caminho para a aplicação de seus métodos e para a implementação de suas propostas. Os saberes agroecológicos se forjam na interface entre as cosmovisões, teorias e práticas.

A agroecologia apresenta-se como um caminho coletivo de construção de alianças que permitem uma filosofia de vida que, a partir de uma outra forma de pensar e fazer a agricultura, propõe relações justas, igualitárias e equilibradas entre as pessoas e dessas com o meio ambiente. Assim, a ideia de empoderamento das mulheres rurais constitui uma mudança cultural dirigida a transformar a visão de que a mulher é um objeto com título de propriedade, sem a opção de identificação como pessoa com direitos sociais, econômicos e políticos, para o reconhecimento como sujeito de desenvolvimento integral que produz receita e otimiza a utilização dos recursos. (RUEDA; QUIÑONEZ, 2014).

Por isso, para que se alcance a teoria agroecológica, não basta substituir agrotóxicos e adubos químicos por insumos agroecológicos ou orgânicos na produção de alimentos. Na perspectiva da Articulação Nacional da Agroecologia – ANA, o fazer agroecológico é também enfrentar as contradições existentes e agudizadas pelo modelo econômico no que tange à classe, relações sociais entre mulheres e homens, e raça, em um movimento interseccional.

A proposta rompe com o modelo de organização em que a produção e a comercialização de alimentos são/estão concentradas sob o controle poucas e gigantescas empresas, na sua maioria internacionais e permite a construção de um novo paradigma, baseado na resistência e na decolonialidade. A agroecologia fomenta novas formas de habitar o planeta, produzir e consumir, bem como possibilita a construção de novas relações entre as pessoas e estas e o meio ambiente, orientandas pela sustentabilidade.

> A produção de alimentos voltada para o consumo interno, sem a dilapidação dos recursos naturais, pressupõe políticas de apoio à diversificação de cultivos, o monitoramento dos impactos ambientais das práticas agrícolas atuais, o estímulo a práticas conservacionistas com relação à biodiversidade e apoio aos circuitos locais de comercialização. Contrapõe-se, portanto, ao avanço das monoculturas e plantios extensivos, vistos como o símbolo de uma visão imediatista, equivocada e irracional de uso dos recursos naturais. (SILIPRANDI, [s/a], p. 178).

Ao reconhecer que é preciso formar uma aliança para o cuidado da Terra e uns dos outros (ONU, 1992) afirma-se que não é mais possível desmatar ou gerar queimadas nas florestas, envenenar a água e a terra, matar indígenas, quilombolas ou povos tradicionais para garantir a concentração de grandes propriedades rurais, a manutenção da desigualdade e da fome, sob o argumento da produção de alimentos baseada nos princípios da Revolução verde.

Mudanças de comportamento e no modo de pensar e de entender o mundo não são fáceis. Segundo Cruz e Ferrer (2015) a construção de uma sociedade sustentável, demanda, no mínimo, que a sociedade seja planetária, com um destino comum, pois não cabe sustentabilidade parcial em algumas comunidades a margem do que acontece no restante do planeta. O estabelecimento de um pacto com a Terra, de modo a não comprometer a manutenção dos ecossistemas.

Esse modelo se afasta dos discursos da necessidade de mais expansão como solução para a crise ecológica e social criada pelo próprio padrão de desenvolvimento, que, segundo Shiva (2006, p. 66) "*se ofrece como remedio es la propia enfermedad*". O que se busca, através da agroecologia, são novas relações de conivência, sem miséria, hierarquia, com acesso ao necessário, com a construção de novos padrões de produção e consumo coincidentes com a satisfação das necessidades fundamentais axiológicas e existenciais e, em respeito à natureza. (ACOSTA, 2013).

As preocupações quanto ao sentido da vida estão estreitamente vinculadas à necessidade do cuidado, a sustentabilidade exige equidade social, uma ética da suficiência para toda a comunidade, e não somente para o indivíduo, pressupõe uma visão integradora das pessoas e, das pessoas com o ambiente. É no *locus* colonizado que a agroecologia encontra espaço para rememorar

> o solo como suporte da vida e dos sentidos da existência, onde a terra era torrão e o cultivo era cultura; onde cada parcela tinha a singularidade que não só lhe outorgava uma localização geográfica e suas condições geofísicas e ecológicas, senão onde se assentavam identidades, onde os saberes se convertiam em habilidades e práticas para lavrar a terra e colher seus frutos. (LEFF, 2002, p. 37).

Segundo Melgarejo (2019), os princípios da agroecologia contribuem para visibilização de unidades familiares onde o papel dos jovens e das mulheres alcançam maior protagonismo, evidenciam maior qualidade de vida e experiências emancipatórias. Assim, a agroecologia se mostra como uma opção compatível com a necessidade de reorientação através da ecologia dos saberes a partir das experiências locais, sem hipervalorizar aspectos econômicos, religiosos ou tecnicismos presentes em outras bases conceituais que também se opunham ao agronegócio.

Porém, ainda persistem desafios para pensar o desenvolvimento rural com soberania alimentar e equidade de gênero. A valorização do conjunto de atividades necessárias à sustentação da vida humana, para além da dicotomia entre a produção e a reprodução, feita pela economia tradicional, que hoje segrega as mulheres às atividades de reprodução e não as valoriza uma vez que somente têm valor o que é mercadoria ou trocado no mercado. (SILIPRANDI, [s/a]).

Outra questão, diz respeito ao tipo de agricultura que se pretende estimular, do ponto de vista da tecnologia e das formas de inserção dos produtos no mercado, vistas também pelo crivo da sustentabilidade ao longo do tempo. Por fim, e já extrapolando o contexto rural está a mudança do modelo de consumo hegemônico, especialmente com relação à alimentação, que homogeneíza os hábitos alimentares. (SILIPRANDI, [s/a]).

Por isso, a agroecologia deve ser analisada como um ato político contra-hegemônico porque exige transformar as estruturas de poder existentes em uma perspectiva de sistema agroalimentar sustentável. Exige, ainda, que as mulheres e seus saberes, valores, sejam respeitados através da distribuição equitativa de poder. Por ser um modo de viver, não pode ser aplicada da mesma maneira em todos os territórios, pois precisa garantir o desenvolvimento da comunidade local, com vista ao respeito à terra e aos bens comuns. Ser construída em paralelo e em aliança com outras relações de produção e consumo, onde produtores e produtoras tenham seu trabalho valorizado. Direitos coletivos, fomento aos saberes e formas de conhecimento, bem como a cons-

tatação da necessidade de relação equilibrada entre os seres humanos e a natureza são pilares propulsores para uma mudança de paradigma, para a sustentabilidade.

4 CONCLUSÃO

A pesquisa partiu do questionamento se diante da supremacia do poder do mercado, a agroecologia pode servir de base para construção de um novo mundo baseado em uma organização produtiva e fortalecimento das organizações coletivas que garantem o reequilíbrio das relações de poder, para superar a crise socioambiental e construir espaço para a sustentabilidade.

Discutiu-se o silenciamento da diversidade – humana e ambiental – pela imposição de um modelo hegemônico de ser, pensar e conhecer que garantiu a expansão agrícola no padrão da Revolução Verde. Da análise, percebe-se que o modelo do capitalismo invadiu o campo e transformou a agricultura no agronegócio. Sob o argumento de levar alimentos à quem tem fome, acabar com a miséria, a Revolução Verde, no Brasil, alavancou produção de *commodites*, afiançou latifúndios, expropria diariamente a biodiversidade, o meio ambiente e o campesinato.

O modelo de desenvolvimento agrícola hegemônico, alicerçado em êxito econômico e lucratividade em desprestígio da dimensão humana e ambiental. Observou-se que a sociedade de cultura hétero-patriarcal, não coloca a igualdade de gênero e o ambiente como pressupostos de existência e validade de políticas para o desenvolvimento. Aliás, pode-se concluir que as demandas ambientais e as de gênero são entendidas como obstáculos ao poder dominante.

Contudo, no lugar do pessimismo e da naturalização da exploração da natureza, dominação de gênero e expropriação do trabalho, passa-se a discutir, através de organizações sociais e coletivas, formas de enfrentamento ao mercado, capital e ao negligenciamento dos Direitos Humanos. A luta feminista encontra espaço na agroecologia, *locus* contra-hegemônico que permite a construção de alianças e novas relações.

A partir dos princípios da agroecologia é possível fazer da Terra a protagonista. Por ser um modo de vida, de trabalhar a terra, fazer agricultura e, de viver em comunidade, ao produzir e preservar, torna-se ato político de resistência ao modelo hegemônico. A luta pela terra e território, a construção e manutenção de identidades e a transformação para uma sociedade justa tornam a agroecologia promotora do paradigma da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. ***El buen vivir**: Sumak Kawsay, una oportunidad para imaginar otros mundos*. Barcelona: Icaria Antrazyt, 2013.

SANTOS, Mattei; GLASS, Verena (Orgs.). **Altas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

CAPRA, Friitjof; MATTEI, Ugo. **A revolução ecojurídica**: O Direito Sistêmico em sintonia com a Natureza e a Comunidade. Tradução Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Cultrix, 2018.

CEDILLO, Jesús Gastón Gutiérrez; GÓMEZ, Luis Isaac Aguilera; ESQUIVEL, Carlos Ernesto González. *Agroecología y sustentabilidad*. **Convergencia**, UAEMex, núm. 46, enero-abril 2008, pp. 51-87. Disponivel em https://convergencia.uaemex.mx/article/view/1341/1020. Acesso em: 06 out. 2020.

COVA, Santana Nancy. *El Ecofeminismo Latinoamericano, Las Mujeres y la Naturaleza como Símbolos*. **Cifra Nueva**, p. 39-46, Universidad de los Andes-Trujillo, 2005.

CRUZ, Paulo Márcio; FERRER, Gabriel Real. Direito, Sustentabilidade e a Premissa Tecnológica como Ampliação de seus Fundamentos. **Revista Sequência (UFSC)**. Vol. 36, nº 71. Florianópolis, 2015.

FEDERICCI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FRITZ, Karen Beltrame Becker; WAQUIL, Paulo Dabdab; FRITZ FILHO, Luiz Fernando. A Insegurança Alimentar no Rural do Rio Grande do Sul: análise da privação de uma capacitação básica. **Desenvolvimento em questão**. Editora Unijuí, ano 12, n. 26, abr./jun., 2014. Disponível em https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/956/2651 . Acesso em 12 jul. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HERRERO, Yayo. Ecofeminismo: una propuesta de transformación para un mundo que agoniza. **Rebelión** [online], 2007. Disponível em: http://www.rebelion.org/noticia.php?id=47899 . Acesso em: 27 jan. 2020.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002, p. 36-51. Disponível em http://taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n1/revista_agroecologia_ano3_num1_parte08_artigo.pdf . Acesso em 12 jul. 2020.

LIMA, Aline; QUEIROZ, Ana Luisa. Mulheres Invisíveis: Refletindo sobre direito humano à alimentação, mulheres e agroecologia. *In*: LIMA, Aline Alves de; *et al*. **Mulheres e soberania alimentar**: sementes de mundos possíveis. Rio de Janeiro: Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), 2019, p. 31-41.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser, contribuciones al desarrollo de un concepto. *In:* CASTRO-GOMEZ, Santiago; GOSFROGUEL, Ramón (Comp). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre, 2007. p. 127-167.

MARINA, José Antônio. ***La passión del Poder:*** *Teoría y práctica de la dominación*. Barcelona, Espanha: Anagrama, 2008.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. Los conflictos ecologico-distributivos y los indicadores de sustentabilidad. **Revibec**: revista de la Red Iberoamericana de Economia Ecológica, V. 1 (2004) p. 21-30. Disponível em: https://ddd.uab.cat/record/4860?ln=ca . Acesso em: 10 jul. 2020.

MELGAREJO, Leonardo. Uma visão externa sobre alguns esforços e contribuições do MST aos avanços da agroecologia. In. SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. **Agroecologia**: diversidade, movimento e resistência. Anápolis: Editora UEG, 2019.

MIGNOLO, Walter. **Historias locales/disenos globales**: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal, 2003.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Traduzido por Pauo Azevedo Nunes da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2002.

NUNES, João Arriscado. O Resgate da Epistemologia. In. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2019, p. 215-242.
OCTAVIANO, Carolina. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **Com Ciência Campinas**, n. 120, 2010. Disponível em http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000600006&lng=es&nrm=iso . Acesso em 12 jul. 2020.

ONU. **Carta da Terra**. 1992. Disponível em: http://www.cartadaterrabrasil.com.br/prt/texto-da-carta-da-terra.html . Acesso em: 12 jul. 2020.

ONU. **Fome aguda afeta 113 milhões de pessoas no mundo, diz relatório da ONU.** Publicado em 02/04/2019. Atualizado em 20/02/2020. Disponível em https://nacoesunidas.org/fome-aguda-afeta-113-milhoes-de-pessoas-no-mundo-diz-relatorio-da-onu/. Acesso em 10 jul. 2020.

ONU. **ONU: fome pode afetar quase 67 milhões de pessoas na América Latina e Caribe em 2030**. Publicado em 13/07/2020. Atualizado em 17/07/202. Disponível em https://nacoesunidas.org/onu-fome-na-america-latina-e-no-caribe-pode-afetar-quase-67-milhoes-de-pessoas-em-2030/ . Acesso em 14 jul. 2020.

PÉREZ NEIRA, David; SOLER MONTIEL, Marta. Agroecología y ecofeminismo para descolonizar y despatriarcalizar la alimentación globalizada. **Revista Internacional de Pensamiento Político**. Sevilla, Espanha, 80, pp. 95-113. Disponível em: https://www.upo.es/revistas/index.php/ripp/article/view/3660 . Acesso em: 10 jul. 2020.

QUIJANO, Aníbal. ***Colonialidad del Poder y Classificación social***. Disponível em http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506032333/eje1-7.pdf . Acesso em 10 jul. 200.

RICO, María Nieves. ***Género, medio ambiente y sustentabilidad del desarrollo***.Santiago do Chile: Nações Unidas, 1998.

RUEDA, Ruth Zárate; QUIÑÓNEZ, Diana Alexandra Rodríguez. *La mujer campesina en el desarrollo rural socialmente responsable*. **Tendencias & Retos**, Vol. 19, No. 1, jenero-junio 2014, pp. 55-69. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4929343 . Acesso em: 06 out. 2020.

SANTOS, André Leonardo Copetti; LUCAS, Doglas Cesar. **A (in) diferença no direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à conscientização universal. 18. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2009.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres agricultoras no Brasil**: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. [s/a]. Disponível em: http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/409/Emma_Cademartori_Siliprandi_-_NEAD_artigo.pdf . Acesso em: 06 out. 2020.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SHIVA, Vandana. **Manifiesto para una democracia de la tierra**: Justicia, sostenibilidad y paz. Barcelona: Paidós, 2006.

SHIVA, Vandana. El saber propio de las mujeres y la conservación de la biodiversidad. *In:* MIES, María; SHIVA, Vandana. ***La praxis del Ecofeminismo:*** *Biotecnología, consumo y reproducción*. Tradução Mireia Bofill e Daniel Aguilar. Quito: Desde el margen Editorial Insurgente, 2018.

TOLEDO, Víctor M. La racionalidad ecológica de la producción campesina. In. GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. **Ecología, campesinado e historia**. p. 197-218, 1993.

VICENTE, Lucía Magdalena; VICENTE, Carlos Alberto; ACEVEDO, Carolina. ***Atlas del agronegocio transgénico en el cono sur***. *Monocultivos, resistencias y propuestas de los pueblos*. Marcos Paz: Acción por la Biodiversidad, 2020.